



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

Plano de ensino 2022-2			
Universidade Federal do Espírito Santo		Campus: Goiabeiras	
Curso: Gemologia			
Departamento Responsável: Gemologia			
Data de aprovação (Art. Nº 91): julho 2022/ HOMOLOGADO			
DOCENTE PRINCIPAL: Neiva Lima dos Santos Buaziz			
DOCENTE SECUNDÁRIO: Não se aplica.			
Qualificação/link para o Currículo Lattes (DOCENTE PRINCIPAL): Neiva Lima dos Santos Buaziz			
Qualificação/link para o Currículo Lattes (DOCENTE SECUNDÁRIO): Não se aplica			
Disciplina: Consentimentos Minerários		Código: GEM06690	
Período: Vespertino		Turma: 1	
Pré-requisito: Não se aplica		Carga Horária Semestral: 60h/a.	
Créditos:	Distribuição da Carga Horária Semestral		
	Teórica	Exercício	Laboratório
	75%	25%	Não se aplica
<p>Ementa: Introdução ao Direito Minerário: O direito mineral brasileiro, a influência dos negros na mineração brasileira, história e cultura Afro-Brasileira e Africana, o lugar das tradições Africanas no desenho cultural, Relações e Política educacional e social das questões étnico-racial –MEC, história e cultura dos povos indígenas na educação ambiental. O direito do povo indígena e as demarcações de suas terras. Regime constitucional dos recursos minerais, solo e subsolo, jazidas e minas, classificação das minas, partes integrantes das minas, o minério extraído; Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, direito de prioridade, consentimentos para pesquisa, consentimentos para lavra, manifesto de mina, proteção especial a atividade mineral, aplicação do direito ambiental a mineração: Código de mineração e Constituição federal”.</p> <p>Objetivos: Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e aplicação da Natureza Jurídica do Consentimento para pesquisa mineral do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Relações Jurídicas dos minerais industriais e a cadeia produtiva de gemas, joias e afins. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes nas questões étnico-racial e do povo indígena. Compreender e aplicar as políticas educacionais relacionadas com as questões étnico-racial. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação Mineral adequada e identificação de impactos ambientais. Conhecer os riscos da atividade mineral, estudar e aplicar o Código de Mineração e a Constituição Federal nas questões de mineração e étnico-racial.</p>			
<p>Conteúdo Programático:</p> <p>1. Introdução ao Direito Minerário: pág. 13 a 40, capítulo I da bibliografia recomendada e questões étnico-racial da bibliografia conjugado com CF.</p> <ol style="list-style-type: none">1.1 História do Direito Minerário;1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira;1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;1.4 História e cultura Afro-Brasileira e Africana1.5 A influência do negro na mineração brasileira			



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

- 1.6 A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas – raciais)
 - 1.7 História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras.
 - 1.8 Comandos da Legislação Minerária;
 - 1.9 Definição de Jazida, Mina e Lavra;
 - 1.10 Garimpagem, Faiscação e Cata.
- Nota: o item 1. Será ministrado em 3 aulas**
2. Regime Constitucional dos Recursos Minerais;
 - 2.1 Relações Jurídicas no Direito Minerário;
 - 2.2 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas;
 - 2.3 Classificação das Minas;
 - 2.4 Partes Integrantes das Minas;
 - 2.5 Características do Direito Minerário;
 - 2.6 O Minério Extraído.
- Nota: o item 2 será ministrado em 2 aulas**
- 3 **Os Regimes de Aproveitamento Mineral:** pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada.
 - 3.2 Aproveitamento Mineral;
 - 3.3 Requerimento de Pesquisa;
 - 3.4 Direito de Prioridade;
 - 3.5 Consentimento para Pesquisa;
 - 3.6 Consentimento para Lavra;
 - 3.7 Consentimento Municipal;
 - 3.8 Consentimento para Lavra Garimpeira;
 - 3.9 Consentimento para Exploração Pública;
 - 3.10 Monopólio;
 - 3.11 Manifesto de Mina.
- Nota o item 3 será ministrado em 5 aulas**
4. **Proteção Especial à Atividade Mineral:** pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.
 - 4.1-Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade;
 - 4.2-Penhora de Partes Integrantes da Mina;
 - 4.3-Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;
 - 4.4-Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental;
 - 4.5-Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental;
 - 4.6-Certificado de Kimberley – SCPK
 - 4.7-CEFEM e aplicação dos recursos.
- Nota: o item 4 será ministrado em 3 aulas**
5. **Código de Mineração:** pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada.
 - 5.1-Instituição e Aplicação – Decreto-Lei N° 227, de 27/02/1967;
 - 5.2-Regulamento do Código de Mineração - Decreto N° 62.934, de 2/04/1968;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

5.3-Constituição Federal de 1988;

5.4-Legislação Aplicada;

5.5-Colocações Finais.

Nota: o item 5 será ministrado em 2 aulas

Metodologia:

Procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- Aulas presenciais das 14:00 as 18:00 horas, de 1:00 hora/aula cada totalizando 4 horas aula por semana totalizando 60:00 horas aula no semestre, e através da plataforma Google/meet e/ou Classroom, com participação direta do professor teremos atividades/exercícios e pesquisa direcionadas dos temas definidos pelo professor, cumprindo todo o programa estabelecido na Letra C do Plano de Ensino. Participação dos alunos matriculados.

Recursos:

- Aulas presenciais com utilização de: Quadro, pinceis, Vídeos, slides e exploração de textos diversificados.
- Projetor de multimídia (Datashow);
- Orientação na pesquisa para baixa de obras específicas.
- Plataforma Google/meet.- Classroom exercícios .

Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

a) Participação nas aulas – 75% de presença obrigatória.

b) Dois trabalhos individuais ou em grupo escritos.

c) Duas provas escritas, uma no meio do semestre e outra no final e prova final/calendário de provas /UFES, para os alunos que não alcançaram média 7,0.

d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período/semestre (provas escritas / dois trabalhos escritos e apresentação/seminário, +presença obrigatória de 75%), enviados para o e-mail do professor: neivabuaiz9@gmail.com

e).As notas obtidas bem como a média final serão enviadas para cada aluno via e-mail.

f).Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a fazer prova final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação.

g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas presencialmente. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações.

h) Alunos com necessidades especiais terão suas avaliações em conformidade com as necessidades apresentadas.

NOTA: Os temas dos trabalhos serão sugeridos e orientados pela professora e terão os seguintes pesos: de 0 a 10 cada trabalho, levando em consideração a média aritmética de ambos os trabalhos, notas das provas escritas acrescidos da nota da frequência, (média aritmética). totalizando 100%.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

Bibliografia Básica:

- 1-PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental**-9ª Ed. Brasília 2004.589p.
- 2-FREIRE, W. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral**. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.
- 3-GODINHO, T. M. **A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra**. Brasília: IBRAM, 1990.

Bibliografia Complementar:

- 1-SILVA, Cristiane Rodrigues Araújo - **Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação**. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Flori-lo.
- 2-ARRUDA, A. T. **Normas regulamentares de mineração**. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.
- 3-BEDRAN, E. **A mineração à luz do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I II e III.
- 4-GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.
- 5-BUAIZ, Neiva lima dos santos Buaiz :Brasília: Editora Kiron,2016.O DIREITO EM TEMPO REAL.

Observação 1: AS BIBLIOGRAFIAS DIGITAIS DE RECONHECIDAS RELEVÂNCIAS SERÃO SUGERIDAS À TURMA DE ACORDO COM A DEMANDA DOS ALUNOS AO LONGO DO SEMESTRE.

Observação 2:

NOSSAS AULAS SERÃO PRESENCIAIS:

DE 14:00 AS 18:00 HORAS TOTALIZANDO: 60:00 HORAS/AULA - (AULA PRESENCIAL, VIDEOS, SLIDES, ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS)

TOTALIZANDO 60 HORAS AULAS CONFORME PLANO DE ENSINO

PROF: NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ

Cronograma:

Aula	Data	Descrição	Exercícios	Obs
01	12/09/2022	Apresentações pessoais, de material e critérios de avaliação.		
02	19/09/2022	História do Direito Minerário; A influência de outros Países na Mineração Brasileira; A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
03	26/09/2022	História e cultura Afro-Brasileira e Africana A influência do negro na mineração brasileira A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas –raciais)	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
04	03/10/2022	História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

		demarcações de suas terras.		
05	10/10/2022	Comandos da Legislação Minerária; Definição de Jazida, Mina e Lavra; Garimpagem, Faiscação e Cata.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
06	17/10/2022	Regime Constitucional dos Recursos Minerais; Relações Jurídicas no Direito Minerário; Solo, Subsolo, Jazidas e Minas	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
07	24/10/2022	Classificação das Minas; Partes Integrantes das Minas; Características do Direito Minerário; O Minério Extraído.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
08	31/10/2022	Os Regimes de Aproveitamento Mineral: pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada. Aproveitamento Mineral; Requerimento de Pesquisa Direito de Prioridade;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
09	07/11/2022	Consentimento para Pesquisa; Consentimento para Lavra;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
10	14/11/2022	Consentimento Municipal; Consentimento para Lavra Garimpeira; Consentimento para Exploração Pública; Monopólio	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
11	21/11/2022	Manifesto de Mina.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
12	28/11/2022	Proteção Especial à Atividade Mineral: pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

		-Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade		
13	5/12/2022	Penhora de Partes Integrantes da Mina; Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
14	12/12/2022	-Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental; -Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
15	19/12/2022	-Certificado de Kimberley – SCPK -CEFEM e aplicação dos recursos.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
16	23/01/2023	Código de Mineração: pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada. -Instituição e Aplicação Decreto-Lei Nº 227, de 27/02/1967; -Regulamento do Código de Mineração - Decreto Nº 62.934, de 2/04/1968;	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
17	30/01/2023	-Constituição Federal de 1988; -Legislação Aplicada; -Colocações Finais.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
18	06/02/2023	Prova Final		